

Guerra cotidiana: a escuta psicanalítica dos laços sociais ante a violência política

Marília Fernanda Garcia Costa¹

Perla Klautau²

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir a escuta psicanalítica dos laços sociais a partir do trabalho em um pré-vestibular comunitário, com a média de 70 jovens, na maioria moradores de favelas e regiões periféricas da cidade do Rio de Janeiro, que enfrentam a violência política diariamente. Em meio a condições precárias de existência, sustentadas pela racionalidade neoliberal e pelos aparatos necropolíticos engendrados nas subjetividades e instituições brasileiras, os efeitos subjetivos oriundos da precarização acabam sendo silenciados e naturalizados, o que pode gerar sofrimento psíquico. Para debater essas questões e pensar atuações possíveis, fundamentamo-nos na implementação de um dispositivo psicanalítico de escuta nomeado “Tá na roda: intervenções clínico-políticas em espaços educacionais”, o qual é baseado na metodologia de grupos operativos, isto é, grupos organizados em torno de uma tarefa. Nesse caso, a tarefa que circunscreve as rodas consiste em fazer a palavra circular, por meio do movimento de associação livre coletivizada. Sendo assim, com base no recorte de dois anos de participação no projeto, os resultados nos mostram que as construções coletivas têm o potencial de operar como instrumento de cuidado e reconhecimento dos sujeitos, fortalecendo os laços sociais. Na medida em que buscam romper com o silenciamento dos afetos e colocar em xeque a alienação subjetiva dos sujeitos ante discursos hegemônicos, esses dispositivos revelam ter caráter clínico-político.

Palavras-chave: Psicanálise, Juventude, Laços sociais, Clínico-político, Violência.

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGP/UFRJ) (Rio de Janeiro, Brasil), na linha de pesquisa “Subjetividade, Cultura e Práticas Clínicas”. Psicóloga graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ). Integrante do grupo de pesquisa “Sofrimentos sociais: questões teóricas e desafios clínicos”, orientado pela profa. dra. Perla Klautau. E-mail: mariliafgc29@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-0386-1489>.

2 Professora adjunta do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (Rio de Janeiro, Brasil). Membro efetiva do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ). Integrante do GT da Anpepp Psicanálise e Clínica Ampliada e do Lapse (Grupo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Laço Social). E-mail: pklautau@uol.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2734-5637>.

Introdução

Dadas as particularidades dos diferentes territórios, sabe-se que, frequentemente, moradores de favelas e regiões periféricas da cidade do Rio de Janeiro são compelidos a enfrentar conflitos armados e a insuficiência ou falta de acesso a serviços básicos, como os de saúde, moradia, saneamento e educação. Diante desse desamparo estatal, esses sujeitos ficam submetidos a situações de desigualdades, injustiça e vulnerabilidade social. O que está em questão é o reflexo de formas de governar embasadas na necropolítica (Mbembe, 2018), ou seja, uma política estatal, da qual o neoliberalismo se serve, que produz mortes e instaura um estado de exceção permanente na democracia (Agamben, 2004). Tendo a força policial como aliada, os aparatos necroliberais estabelecem condições precárias de existência (Butler, 2015) e retiram dos indivíduos não apenas o direito à cidadania, mas o de terem suas vidas e historicidades reconhecidas socialmente, retirando-lhes a condição de sujeitos políticos.

No emaranhado dessa tessitura, também é notável como as lógicas empreendedoras, que instauram imperativos de individualização e de hiperprodutividade, têm se capilarizado para todas as esferas da vida. Isto é, a racionalidade neoliberal tem estruturado cada vez mais as instituições e as subjetividades, o que tem enfraquecido os vínculos sociais. Assim, os indivíduos não encontram no campo social o suporte necessário para o enfrentamento das injustiças e desigualdades e tendem a experienciar suas angústias de forma individualizada, alienando-se da dimensão sociopolítica dos sofrimentos. Em outros termos, os efeitos subjetivos oriundos de situações de precarização (Butler, 2018) acabam sendo naturalizados e banalizados, o que pode gerar sofrimento psíquico.

Nesse cenário, os dispositivos grupais de escuta psicanalítica têm se apresentado como importantes ferramentas de cuidado e fortalecimento dos laços sociais (Broide & Broide, 2016; Klautau, 2017; Macedo & Klautau, 2020; Rosa, 2012; Sato, Martins, Guedes, & Rosa, 2017). As questões discutidas neste artigo partem da escuta de jovens, sobretudo moradores de favelas da cidade do Rio de Janeiro, no projeto de extensão universitária “Tá na roda: intervenções clínico-políticas em espaços educacionais” (Klautau, 2023). O projeto – vinculado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – realiza-se em um pré-vestibular comunitário, na zona sul da cidade, e é formado por, em média, 70 jovens, divididos em duas turmas, com idade entre 17 e 25 anos.

A implementação dos grupos operativos (Pichon-Rivière, 1980), isto é, um conjunto de pessoas reunidas periodicamente em torno de uma tarefa, se dá em formato de roda, uma vez por semana, com duração de 1 hora e 10 minutos em cada turma. A tarefa consiste em fazer a palavra circular, tal qual o método de associação livre psicanalítico, de forma coletivizada. Para tanto, a equipe de 12 extensionistas participa das turmas, comparecendo nas rodas apenas três, dos quais um sempre retorna na semana seguinte. Acredita-se que essa repetição é importante para estabelecer uma continuidade ao trabalho de escuta. Além disso, a partir das contribuições de Broide e Broide (2016), a equipe de extensionistas atua revezando-se em duas funções, quais sejam, coordenadores e cronistas: aqueles dedicam atenção ao manejo e à função de propiciar a circulação da palavra, enquanto estes responsabilizam-se pela escrita das crônicas, um diário de campo no qual são feitos

os registros dos encontros em forma de narrativa, apresentando a observação crítica e as percepções latentes de seus autores.

Destarte, o objetivo deste estudo é discutir a escuta psicanalítica dos laços sociais a partir do citado dispositivo grupal. No “Tá na roda”, a escuta é perpassada tanto por questões próprias da juventude e dos territórios quanto estão relacionadas aos sofrimentos de origem social e ao modo como incidem sobre o processo de construção das subjetividades (Carreteiro, 2003; Kleinman, Das, Lock, 1997; Renault, 2008; Sawaia, 2001; Werlang & Mendes, 2013). Observamos que, ao “colocar na roda” seus relatos, os estudantes abrem espaço para que, por meio do coletivo, eles possam deslocar-se subjetivamente, questionar e desnaturalizar preconceitos e violências produzidas pelo neoliberalismo e pelos aparatos necropolíticos, podendo retomar, enfim, suas posições de sujeitos. Antes de adentrarmos nos efeitos do dispositivo, é necessário nos determos um pouco mais na produção de desamparo exercida pelo Estado.

Vidas descartáveis: o estado neoliberal como produtor de desamparo

Devido ao histórico de segregação socioespacial da cidade do Rio de Janeiro, além do racismo estrutural presente em todo o país, há muito os habitantes das favelas e periferias cariocas retratam, lado a lado, resistência e diversidade cultural, disparidades e violências. A manutenção dessas últimas, no entanto, perpetua-se por meio de uma governamentalidade que subjuga determinados grupos sociais a situações de precarização (Butler, 2018) e desumanização, fato que tem uma historicidade já muito bem investigada. No caso brasileiro, de imediato retornamos ao passado colonial, que se presentifica ainda hoje em práticas sociais que ultrapassaram o fim da escravização.

A partir da leitura de autores decoloniais, entende-se que esse quadro procede de uma lógica de dominação baseada na formulação e hierarquização do conceito de raça, a colonialidade (Quijano, 2013), estabelecida desde a modernidade em prol do desenvolvimento capitalista (Mignolo, 2017). Dito de outro modo, argumenta-se que o surgimento da noção de raça, que mascarava práticas racistas em termos de diferenças biológicas, não só constituiu novas identidades sociais, como os indígenas, os negros, os mestiços (Quijano, 2005), mas também legitimou a exploração desses grupos por parte do homem branco europeu. Isso seria fundamental para que o capitalismo pudesse se estabelecer como estrutura de poder dominante, capilarizando-se para a racionalidade que, atualmente, permanece inscrita nas subjetividades e instituições brasileiras. Isto é, uma noção já naturalizada de hierarquização e não reconhecimento de vidas e culturas humanas que move as engrenagens neoliberais.

Vale destacar que assumimos que o neoliberalismo não se encerra em um projeto econômico, mas é um projeto de constituição subjetiva e, assim sendo, instaura novos sentidos para o viver e para o morrer (Almeida, 2021). Dessa forma, quando a lógica da colonialidade se estende às políticas estatais, vemos, por um lado, um Estado faltoso em assegurar redes de apoio e serviços básicos às populações periféricas e, por outro, cada vez mais atuante de forma letal, o que é evidente nas ações da polícia em favelas e periferias do país. Dados do Instituto Fogo Cruzado, por exemplo, mostram que a violência em operações policiais

aumentou 15% em 2021, em relação a 2020, no Rio de Janeiro (Corsini, 2022). Já o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 mostra que, em 2022, dos mortos pela polícia no país, 83% eram negros e 76% tinham entre 12 e 29 anos. “Jovens negros, majoritariamente pobres e residentes das periferias seguem sendo alvo preferencial da letalidade policial [...]” (Pacheco & Marques, 2023, p. 66).

Além disso, devido às operações, redes públicas de saúde e assistência social, assim como atividades de lazer, cultura, arte e esporte dos locais conflagrados, também ficam inacessíveis aos moradores (Sousa Silva & Heritage, 2021), retratando um total desrespeito a esses sujeitos e seus direitos. Nesse sentido, estamos diante daquilo que Mbembe (2018) denomina “necropolítica”, isto é, uma governamentalidade que, além de gerir e controlar as vidas populacionais, produz mortes sistematicamente, impondo um estado de exceção permanente na democracia (Agamben, 2004). Ou seja, nos territórios, favelados e periféricos estão sujeitos a condições precárias de existência (Butler, 2015) que evidenciam a instrumentalização de mecanismos políticos por meio dos quais seus habitantes ficam mais suscetíveis a violações de direitos, a violências e à morte. Partindo dos interesses das elites econômicas, o Estado republicano brasileiro, então, não reconhece nem assegura adequadamente os direitos e cidadania das pessoas que residem nesses territórios (Sousa Silva & Heritage, 2021), assujeitando-os politicamente.

Como efeito, a conjuntura neoliberal, que tem a necropolítica como aparato de Estado, produz um tipo de violência que está inserida em um sistema de exclusão e alienação de determinadas populações: a violência política. Segundo Turriani (2018), essa violência sugere o estabelecimento de um único parâmetro de raça, sexualidade, higiene, educação e saúde e busca reduzir a diversidade do mundo ao padrão ocidentocêntrico, branco e heterocisnormativo de civilização. Assim, depreende-se uma conjuntura que impõe àqueles “a-sujeitos” a sobrevivência diante de mecanismos que visam eliminar sua existência e historicidade. Em diálogo com Butler (2018), acrescentamos que,

neste momento em que a economia neoliberal estrutura cada vez mais as instituições e os serviços públicos, o que inclui escolas e universidades, em um momento em que as pessoas, em números crescentes, estão perdendo casa, benefícios previdenciários e perspectiva de emprego, nós nos deparamos, de uma maneira nova, com a ideia de que algumas populações são consideradas descartáveis. (p.13)

Portanto, demarca-se em um suposto Estado Democrático de Direitos as vidas que “valem mais” e as que podem ser jogadas fora. Ou, ainda, as que sequer são reconhecidas como vidas humanas, aquelas cujas perdas não são levadas em consideração, não são passíveis de luto (Butler, 2015). No Brasil, evidentemente, isso está atrelado ao racismo, pois desde o período de escravidão instaurou-se um processo de “desumanização” da população negra no país (Merlino, 2018), o que esclarece, mas não justifica, a falta ou a pouca comoção social em torno do genocídio de jovens negros por agentes do Estado até hoje. Não é preciso muito para perceber que, em geral, tais questões já estão naturalizadas socialmente. Para que isso perdure, no entanto, é preciso criar mecanismos que, de certa forma, possam “apaziguar” as vias pelas quais grande parte das pessoas resigna-se diante dessas violências.

Nesse sentido, um estado de insegurança, alimentado pela produção do medo, vai ser fundamental nas políticas de segurança (Galeano, Souza, Guareschi, 2021). No Brasil, a principal aliada da construção dessa insegurança é a chamada “guerra às drogas”, que se instituiu nacionalmente desde a década de 1980, elevando os dados de letalidade violenta principalmente contra jovens e adolescentes (Souza Silva & Heritage, 2021). Ao lado disso, sabe-se que as principais justificativas para a realização das operações policiais – como o combate a grupos armados e a repressão ao tráfico de drogas – apresentam fins contestáveis. Segundo relatório de pesquisa, no Rio de Janeiro, as forças policiais são responsáveis por mais chacinas, com muito mais vítimas letais, do que todos os grupos armados juntos, o que torna, no mínimo, questionável a eficiência das operações (Hirata, Grillo, Dirk, Lyra, 2023). Porém, agora mesmo, enquanto tenho o privilégio de escrever em segurança, fogos de artifício anunciam mais uma subida da polícia em uma favela próxima ao local onde moro.

O que está em jogo, então, é a criação de uma “noção ficcional do inimigo”, concepção adotada por Mbembe (2018), que serviria como justificativa para proteger as vidas que “valem mais”, custe o que custar. Grada Kilomba (2019) também nos dá pistas sobre como essa ficção se apresenta no psiquismo da branquitude. Para a autora, trata-se de um mecanismo de defesa do ego branco, que envolve negação e projeção. Como ela explica,

estamos lidando aqui com um processo de *negação*, no qual o senhor nega o seu projeto de colonização e o impõe à/ao colonizada/o. [...] Enquanto o *sujeito negro* se transforma em inimigo intrusivo, o branco torna-se a vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se oprimido e o oprimido, o tirano. Esse fato é baseado em processos nos quais as partes *cindidas* da psique são projetadas para fora, criando o chamado “Outro”, sempre como antagonista do “eu” (self)” (Kilomba, 2019, pp. 34-36, grifos da autora).

Esse “Outro” a que a autora se refere, aqui se apresenta na figura das populações residentes em favelas e em periferias, sendo que a construção dessa “outridade” serve às classes e raças mais privilegiadas até hoje. Assim, boa parte da elite branca acaba silenciando-se e até apoiando indiretamente a violência política, a fim de sustentar o *status quo* que a mantém no poder.

Nesse quadro em que a governamentalidade necroliberal toma conta, pode-se inferir o estado de exceção como reflexo de uma situação de desamparo produzida pelo próprio Estado, o que pode gerar sofrimento psíquico. Apesar de, na obra freudiana, o desamparo, inicialmente, ter uma função estruturante (Menezes, 2012), situações de desamparo podem ser atualizadas ao longo da vida e sentidas de forma desestruturante (Freud, [1926]/2014). Além disso, o desamparo, quando atualizado, não se apresenta da mesma maneira para todos, sendo intensificado em situações de precarização social e fortalecimento dos ideais neoliberais. Tais contextos podem fazer com que os sujeitos experienciem um tipo de sofrimento que nasce da dor das injustiças sociais. Ou seja, o cenário descrito permite o encontro com os “sofrimentos sociais” ou “ético-políticos”, que, por sua vez, produzem marcas psíquicas com pouca ou nenhuma visibilidade social (Carreteiro, 2003; Kleinman et al., 1997; Renault, 2008; Sawaia, 2001; Werlang & Mendes, 2013). Sendo assim, os afetos decorrentes de situações de exclusão tendem a ser apagados socialmente e acabam inscrevendo-se nas subjetividades de forma individualizada.

É importante notar que tais aspectos associados aos sofrimentos ético-políticos estão intimamente relacionados à própria racionalidade neoliberal. Isso porque o neoliberalismo

reforça lógicas empreendedoras, baseadas em concepções de responsabilidade individual, autonomia, mérito, entre outros, que estimulam a competitividade e têm afrouxado cada vez mais os laços sociais. Com as redes de apoio coletivo enfraquecidas, os sujeitos não conseguem criar estratégias de enfrentamento às adversidades e os afetos oriundos desse processo ficam mais uma vez silenciados. Quando circunscrevemos tais questões à realidade dos jovens pré-vestibulandos – com os quais trabalhamos nos últimos dois anos de implementação do dispositivo de escuta “Tá na roda: intervenções clínico-políticas em espaços educacionais” (Klautau, 2023) –, percebemos o quão adoecedoras podem ser as exigências neoliberais.

Além de relatos sobre a ansiedade, as cobranças, as incertezas, próprias do momento de transitoriedade para a vida adulta – que na teoria freudiana (Freud, 1905/1996) remete à atualização do Complexo de Édipo e à busca por novos ideais identificatórios –, escutamos sujeitos que se sentem culpados, inadequados e insuficientes diante de imperativos sociais que beiram o impossível. A psicopolítica de que fala Han (2018) evidencia justamente essa demanda atual por desempenho e otimização autoinfligidas, em que os indivíduos se tornam “empreendedores de si”, a despeito da complexidade dos lugares sociais que ocupam e das disparidades constituintes do próprio neoliberalismo. Nesse sentido, apesar da exaustão gerada por vários fatores – como o próprio vestibular, somado às jornadas duplas, ou até triplas de trabalho –, os estudantes demandam a si mesmo uma “capacidade máxima”, como dizem, atrelada ao discurso neoliberal de desempenho. Ou, ainda, sentem que estão “desperdiçando tempo” quando descansam e relatam não terem tempo “nem para chorar”.

Como pensar em produtividade quando algumas pessoas sequer recebem os suportes básicos para uma sobrevivência digna? Como estudar em meio às operações policiais? Como não abrir mão dos estudos quando é preciso trabalhar em prol do sustento familiar? Desse modo, o regime de autoexploração neoliberal adquire contornos sutis de violência e o desamparo vivenciado pelos estudantes acentua-se. “*O Estado nunca se importou com pessoas como a gente*”, diz uma integrante das rodas. Logo, a busca por novas identificações, que precisariam ser reconstruídas no encontro com pares, com o coletivo e com a cultura, encontra empecilhos, na medida em que esses jovens se deparam com um Estado produtor de desamparo e uma conjuntura que invisibiliza os sofrimentos que daí advém.

Sendo assim, percebe-se que o desamparo se articula à dimensão sócio-política do sofrimento e pode ser adicionado à angústia e silenciamento a que os sujeitos ficam submetidos. Ao mesmo tempo, o enfraquecimento das relações coletivas contribui para a manutenção da alienação subjetiva e dificulta o enfrentamento das injustiças promovidas pelos discursos hegemônicos, lançando os sujeitos para fora da política (Klautau, Macedo, Siniscalchi, 2021). Diante de questões que parecem tão bem amarradas no tecido social, onde se insere a Psicologia? Em especial, como os dispositivos psicanalíticos podem atuar nesses contextos?

Psicanálise implicada e o trabalho de escuta dos laços sociais

Para tentar defrontar os processos de individualização dos sofrimentos sociais, torna-se interessante o desenvolvimento de intervenções que rompam com a naturalização das violências e o silenciamento dos afetos que podem decorrer de situações de precarização.

Contudo, encontrar brechas nas estruturas necropolíticas não é tarefa fácil e não se faz com poucas mãos. Por isso, diversos autores têm estudado a implementação de dispositivos psicanalíticos grupais em situações de vulnerabilidade social, como espaços de elaboração coletiva e escuta dos laços sociais (Broide & Broide, 2016; Klautau, 2017; Rosa, 2012; Sato *et al.*, 2017). Nossa aposta é que o fortalecimento do coletivo cria possibilidades tanto para deslocamentos subjetivos de posições cristalizadas socialmente quanto para a produção de pensamentos críticos. Assim, os sujeitos podem, em alguma medida, estranhar, questionar e, enfim, criar estratégias de enfrentamento à lógica neoliberal e necropolítica.

Nesse sentido, uma Psicanálise implicada (Rosa, 2012) constitui-se justamente da escuta dos laços entre indivíduos precariamente localizados no campo social, o que nos demanda atenção tanto ao modo como são perpassados pelas relações sociais de poder e pela alienação aos discursos hegemônicos quanto às possibilidades de resistência a esses aparatos e a reapropriação dos seus direitos e historicidades. Na medida em que busca romper com o silenciamento dos afetos oriundos das violências e criar interações coletivas produtoras de pensamento crítico, é possível entender que esses dispositivos produzem efeitos clínicos e políticos. Os dispositivos clínico-políticos (Rosa, 2012), então, se apresentam como importantes ferramentas de cuidado, resgate e manutenção dos laços sociais (Macedo & Klautau, 2020), possibilitando o reconhecimento dos sujeitos. É sob essa perspectiva que o projeto de extensão universitária “Tá na roda: intervenções clínico-políticas em espaços educacionais” (Klautau, 2023) se mobiliza.

A partir das trocas entre os participantes das rodas, o trabalho de escuta, atento às relações dos jovens com seu território, e seus pares, busca possibilitar que os estudantes não só falem, mas também se sintam ouvidos, reconhecidos como sujeitos, o que se dá a partir da associação livre, própria do método psicanalítico, e da produção e circulação de “testemunhos” (Wikinski, 2019). Apesar de não ser um conceito psicanalítico, o testemunho se apresenta para muitos psicanalistas como uma possibilidade de narração daquilo que ainda não foi simbolizado, o que potencializa a resignificação e a elaboração. Assim, observamos que por meio do coletivo os sujeitos puderam dar os seus testemunhos e testemunhar uns aos outros, “colocando na roda” situações, angústias, violências, que muitas vezes eram experimentadas e pensadas de forma individualizada.

Ao longo das rodas, ao falarem sobre o cotidiano das favelas onde moram, os jovens dividem que é comum compartilhar o espaço com traficantes armados e, inclusive, se sentem mais seguros com a presença deles do que com a da polícia. Frisam principalmente que, apesar de se tratar de uma realidade violenta, para eles se tornava algo naturalizado. Sobre as operações policiais ocorridas em seus territórios, duas estudantes afirmam: “*ah, normal... Um dia como qualquer outro*”. Compreende-se que com a introjeção do silenciamento dos afetos oriundos dessas situações – isto é, quando os sujeitos sentem que não podem compartilhar suas angústias – a banalização de diversas violências torna-se frequente. Assim, na maioria das vezes, esses relatos são trazidos de modo naturalizado e até cômico, evidenciando o famoso ditado “rir para não chorar”, dito muitas vezes pelos próprios estudantes.

Em outros termos, percebe-se que para conseguir lidar com a dura realidade os alunos procuram meios de apaziguar os sofrimentos com risadas e brincadeiras. Risos muitas

vezes “*de desespero*”, que se fazem necessários em meio a um tiroteio, ou em momento de lazer, em que dizem: “*eu vi um monte de arma pra cima. Eu amei*”. Esses mecanismos nos remetem ao que Dejours (1999/2000) enuncia como “normalidade sofrente”, isto é, as estratégias de defesa psíquica utilizadas pelos sujeitos, como a negação da dor e o riso, para suportar o sofrimento causado por situações de violência e injustiça social. Em uma das rodas, uma das estudantes fala sobre a circulação no seu território marcada pelo encontro com armas. Conta sobre uma situação em que, ao andar na rua, uma arma quase encostou em seu corpo, na região do abdômen. Sua fala é carregada de um tom cômico, provocando risadas entre os integrantes do grupo.

Nota-se que, em muitos casos, ao banalizarem as vivências, os jovens assumem certa postura de resignação e pouco podem refletir sobre os aparatos necropolíticos que incidem sobre suas realidades e podem causar sofrimento. Entretanto, como resultado do estabelecimento do dispositivo de escuta, os efeitos da violência puderam ser compartilhados entre os alunos e, aos poucos, eles mesmos trouxeram a naturalização como uma resposta para enfrentar o medo e o desamparo. Depois de alguns relatos sobre a violência policial, como a invasão das casas, agressões físicas e abuso de poder, uma aluna falou sobre sentir medo daqueles que deveriam justamente protegê-la, que às vezes é melhor rir para não chorar e que a vida acaba seguindo. Ao seguirem com a vida, em meio às sobrevivências da “guerra” cotidiana, “*não sobra tempo para pensar sobre isso [as violências]*”, como dizem. O dispositivo utilizado vai justamente garantir esse tempo e espaço sigilosos e contribuir para que os laços entre os pares possam ser firmados.

Entende-se que o movimento de associação livre coletivizada abre espaço para dinâmicas identificatórias e projetivas entre os alunos, o que favorece o compartilhamento de vivências, às vezes nunca antes significadas. Esse processo se dá de forma gradual, a depender das relações estabelecidas entre o coletivo e o próprio processo de se tornar um coletivo, ou seja, dos estudantes criarem laços de confiança uns com os outros e compartilharem suas experiências. Nesse sentido, os deslocamentos subjetivos observados podem dar sinais tanto de uma roda para outra, quanto ao longo de todo o ano de trabalho, passando por movimentos de resistências e perlaboração (Laplanche & Pontalis, 2000), como é próprio do método psicanalítico. Então, no decorrer de várias rodas em que a violência política retorna em seus discursos, foi possível observar movimentos coletivos de desnaturalização como um dos resultados deste trabalho de escuta. Diziam: “*é horrível isso, mas outro dia eu tava dormindo quando começou o tiroteio. Eu acordei, ouvi, sabia o que era e só voltei a dormir. Muito louco como a gente normaliza isso, né? [...] Caramba. A gente fala de tudo isso rindo*”; “*Nossa, nunca tinha pensado como a gente banalizou muito tudo isso*”.

Ou, ainda, traziam vários relatos de indignação ante as desigualdades e ao não reconhecimento de outras pessoas em relação aos impasses que as violências impõem ao cotidiano das favelas. Como quando mencionam que já faltaram na escola por causa de um tiroteio e a instituição não soube acolhê-los: “*no dia do tiroteio, sim [é possível justificar as faltas], mas no dia seguinte eles não querem nem saber. Não ligam para as sequelas que ficam depois*”, afirma uma estudante. Trazendo a mesma situação em relação ao trabalho, outra aluna diz achar importante não normalizarem, mas que ao mesmo tempo há certo

cansaço presente no esforço de reivindicar e não ser escutada e, então, desiste, acaba aceitando. “É... é a vida.”

Os relatos apresentados também nos convocam a pensar como o trabalho de escuta muitas vezes esbarra em desafios. Falar sobre os sofrimentos, assim como escutá-los, muitas vezes não é tarefa fácil. Com a implementação do dispositivo de escuta e o fortalecimento dos vínculos, as vivências trazidas pelos estudantes tornam-se cada vez mais cruas, mais reais e dolorosas. Em uma das rodas, por exemplo, os estudantes falavam sobre o medo de sair de casa e não conseguir voltar. Uma aluna volta-se para os extensionistas e pergunta: “por exemplo, estamos aqui, mas se começar um tiroteio na favela, como vamos voltar para a casa?” O que fazer? Ainda, ao falarem sobre o histórico de guerras da Rocinha, uma das maiores favelas da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, comentam sobre a introdução de animais, principalmente da conhecida “porca Betty” no local. Relatam que em dado momento eram tantos corpos mortos que as valas não eram suficientes e, por isso, a inserção dos animais, para dar conta dos estragos da guerra. É difícil escutar que ao lado de um dos bairros nobres da cidade, São Conrado, a favela da Rocinha enfrentava uma violência extrema, em que corpos, completamente desumanizados, saciavam a fome dos animais.

Nesses casos, muitas vezes os extensionistas se viram angustiados devido à sensação de impotência com a qual se deparam perante realidades tão difíceis, que causam revolta e frustração. Porém, para que a roda possa girar, é preciso que a escuta dos psicólogos em formação esteja atenta não só aos marcadores sociais dos integrantes, mas também aos próprios. Sendo assim, é interessante situar-me diante do leitor e dos sujeitos que escutei e demarcar que falo de uma posição privilegiada, em termos sociorraciais e econômicos. Vivendo no “asfalto”, minha realidade certamente é diferente daqueles jovens do pré-vestibular com os quais trabalhei. Logo, entendo que também minha subjetividade é perpassada pelas dinâmicas de poder da branquitude e colonialidade e as discussões aqui apresentadas carregam consigo interseccionalidades (Crenshaw, 2012) de gênero, raça, classe e sexualidade, que contribuem para impor e, ao mesmo tempo, impõem desafios à escrita e à escuta.

Esses desafios são colocados nas rodas a partir da dinâmica transferencial. Isso porque, de imediato, os extensionistas ocupam a posição de “estudantes de uma universidade federal” que os jovens pré-vestibulandos almejam. “Essas pessoas também tiveram que trabalhar enquanto estudavam? Passaram de primeira? Onde moram? Quem, de fato, ocupa a universidade pública?” Essas são algumas questões que, ditas de forma manifesta ou latente pelos alunos, nos convocam a um posicionamento nas rodas, isto é, a um reconhecimento das desigualdades sociorraciais ali presentes, o que exige reflexões críticas sobre o modo como a branquitude e a colonialidade perpassam a subjetividade dos analistas e suas práticas. Historicamente, sabe-se que os psicanalistas se situam em posições sociais mais privilegiadas, e os marcadores sociais do próprio analista nem sempre são colocados em evidência nas teorizações e no *setting* analítico. Colocar essas disparidades em evidência faz parte de uma tentativa de evitar que violências estruturais se atualizem no próprio dispositivo. Com isso, aos poucos, torna-se possível manejá-las transferencialmente e promover um trabalho de elaboração com os estudantes.

Ainda esbarrando com esses desafios, a depender da postura que tomam nas rodas, os extensionistas, como pesquisadores em formação, também podem encarnar a figura

dos “observadores”, objetificando os sujeitos. Em muitas rodas, os jovens denunciaram o “olhar do outro” que deprecia tanto os espaços que ocupam como as escolas públicas, as favelas quanto seus corpos. Nesse sentido, os extensionistas devem estar atentos às dinâmicas de poder que os perpassam, seja como pessoas brancas de classe média, seja como estudantes universitários, pesquisadores e psicanalistas em formação, para que essas violências, novamente, não se atualizem. Só assim é possível conduzir um trabalho de reconhecimento e acolhimento desses sujeitos. Logo, observamos que, ainda que desafiadores, tais conflitos são também motor para o trabalho analítico de escuta.

Contudo, ainda que muito importantes, os dispositivos psicanalíticos certamente são insuficientes para resolver todas as questões relacionadas às desigualdades, preconceitos e injustiças sociais. Porém, acredita-se na possibilidade de construção de um trabalho de escuta implicada que contribua para a consolidação de grupidades, de pensamento crítico, de territorialidades, em um cenário sociopolítico em que o individual precede o coletivo. Vale dizer que isso não significa criar uma teoria-clínica específica para escutar os sofrimentos sociais ou a violência política. Pelo contrário, uma escuta implicada deve-se fazer presente em qualquer espaço, mas é possível e importante refletir interdisciplinarmente sobre modos de atuação que melhor contemplem as questões aqui apresentadas.

Nesse sentido, também é indispensável enfatizar a relação entre a escuta psicanalítica e o território. Partindo da concepção de “território usado” (Santos, 1999), que consiste no estabelecimento de uma relação intrínseca entre território, identidade e sentimento de pertencimento, entendemos que o trabalho de escuta dos laços sociais também nos convida a uma “escuta territorial”. A escuta territorial, segundo Broide (2022), trata-se de uma escuta dos laços conscientes e inconscientes que constituem a cidade. Sendo assim, no decorrer das rodas, foi interessante notar que esse sentimento de pertencimento territorial pareceu fortalecer os vínculos e identificações entre os participantes, abrindo espaço para que pudessem se apropriar dos seus territórios em termos materiais e simbólicos. Assim, davam novos contornos às experiências e identidades socioculturais ali presentes, historicamente marcadas pelo preconceito e estigmatização.

Percebeu-se isso conforme os estudantes discutiam, por exemplo, não só as diferenças entre morar na favela e no asfalto, mas entre viver em favelas da zona sul, consideradas “turísticas”, e da zona norte. Segundo os alunos, as primeiras, em geral, apresentam menos conflitos armados, mas são perpassadas, como dito, pelo olhar do “outro”, sejam estrangeiros, seja a própria mídia brasileira, que quando não restringe o seu discurso à violência, retrata esses territórios e seus moradores de forma exotizada. *“Não se fala da vida do trabalhador, tampouco de inúmeros projetos sociais que existem na favela e são organizados pelos próprios moradores”*, como afirmam os estudantes.

Da mesma forma, observamos que essa apropriação territorial tem reflexos também sobre o próprio dispositivo. Em uma das turmas, foi possível notar a construção de uma grupalidade entre os estudantes a partir do território. A princípio, tratava-se de uma turma marcada por lógicas individualizantes e até patologizantes, em que boa parte dos pré-vestibulandos demandava aos extensionistas soluções imediatas a questões como aprendizagem e atenção. Contudo, a partir dos vínculos territoriais, a turma foi buscando

formas de acolhimento entre si, compartilhavam a identificação, a familiaridade, a coletividade construída em seus territórios e, de certa forma, reivindicava o direito de ocupá-los, afirmando: “*não troco minha favela por nenhuma*”.

Ao mesmo tempo que os laços territoriais eram reforçados, os estudantes puderam estabelecer, no pré-vestibular, uma grupalidade. Melhor dizendo, fizeram da própria turma um espaço de acolhimento e pertencimento, cujas relações passaram a ser cuidadas e valorizadas. Organizaram, por exemplo, eventos festivos antes das principais provas que iriam prestar, reivindicaram melhorias na instituição de ensino – como em uma mobilização que realizaram pela troca de professores – e exigiam mais organização por parte da coordenação. Foi interessante perceber que em meio às adversidades do pré-vestibular a turma conseguiu se unir e encontrar estratégias de afirmação pelo coletivo.

Portanto, a partir do território, dos vínculos sociais e da pluralidade cultural e política de suas favelas, esses jovens afirmam sua existência nos diversos espaços que ocupam. Assim, vão na contramão dos discursos reducionistas hegemônicos que, historicamente, retratam as favelas como um problema social e moral (Valladares, 2005) e como espaços de falta, de carência, de precariedade em todos os níveis (Souza e Silva, 2022). A grupalidade fomentada pelo dispositivo, então, assumiu um caráter político no discurso dos estudantes sobre seus territórios e suas identidades, apresentando-se, sobretudo, como resistência aos mecanismos necroliberais.

Considerações finais

O debate sobre o trabalho psicanalítico de escuta dos laços sociais, em meio à conjuntura neoliberal brasileira, marcada por desigualdades, preconceitos e violências estruturais, não tem poucas camadas. Partimos do entendimento de que a Psicologia, em especial a Psicanálise, há muito recebe críticas sobre a falta de ligação com questões referentes ao nosso país e sobre uma tendência à individualização e neutralidade na escuta (Baptista, 1999). Além disso, seguindo a concepção de saberes situados, de Donna Haraway (1995), compreendemos que, em nome de uma suposta neutralidade e objetividade, muitas ciências não se responsabilizam pela própria produção. Assim, silenciosamente, impõem padrões normativos de existência e, portanto, reproduzem violências ao excluir, normatizar ou patologizar determinados sujeitos e grupos sociais. O saber psicanalítico, fundado a partir dos valores da hegemonia burguesa do século XX, não está imune à reprodução dessas violências e não deve se furtar a tais questões.

Enfim, dificilmente encerraríamos esta e outras discussões em algumas páginas, porém é importante carregá-las como incômodos que movem a teoria-clínica dos dispositivos psicanalíticos. Isso começa ainda na universidade, que precisa cada vez mais ultrapassar os próprios muros e trocar conhecimentos com os territórios, tão importantes ao nosso trabalho, com as margens, com outras culturas, a fim de conhecer e reconhecer os sujeitos e suas diferentes formas de existir. Este estudo tem como fator de limitação a atuação em apenas um dispositivo de escuta em um recorte específico de tempo e localização. Destarte, sugere-se que a metodologia seja explorada em outros contextos para que se possa investigar outros desdobramentos

possíveis. Além disso, certamente muitos grupos vêm trabalhando na elaboração de projetos que caminham na mesma direção. As extensões universitárias têm se mostrado boas aliadas no encontro com as riquezas e os desafios de se realizar pesquisas e práticas interdisciplinares. Seria interessante que mais eventos sobre práticas de clínica e pesquisa fossem promovidos pelas universidades, a fim de que as diferentes experiências de trabalho possam dialogar. A partir dos relatos apresentados, nota-se que o “Tá na roda” tem evidenciado a potência das construções coletivas como instrumento de cuidado e reconhecimento dos sujeitos, o que contribui para o fortalecimento dos laços sociais. Como costumamos dizer, trata-se de um trabalho de formiguinha, que também necessita de uma coletividade e de resistência ante as adversidades. Nossa obra está só começando, mas já temos um belo formigueiro.

Referências

- Agamben, G. (2004). O estado de exceção como paradigma de governo. In G. Agamben. *Estado de exceção* (pp. 9-50). São Paulo: Boitempo.
- Almeida, S. L. (2021). Necropolítica e neoliberalismo. *Caderno CRH*, 34, 1-10. Recuperado em 14/04/2025 em: <<https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.45397>>
- Baptista, L. A. S. (1999). A atriz, o padre e a psicanalista: os amoladores de facas. In L. A. S. Baptista. *A cidade dos sábios: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades* (pp. 45-49). São Paulo: Summus.
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Broide, J. (2022). A escuta nas ruas. In J. Broide (Org.). *A Psicanálise na cidade* (pp. 133-162). São Paulo: Escuta.
- Broide, J. & Broide, E. (2016). *A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções* (2ª ed.). São Paulo: Escuta.
- Carreteiro, T. C. (2003). Sofrimentos sociais em debate. *Psicologia USP*, 14(3), 57-72. Recuperado em 14/04/2025 em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-65642003000300006>>
- Crenshaw, K. (2012). A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *Painel 1*, 7-16. Recuperado em 14/04/2025 em: <<https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>>
- Corsini, I. (2022, 12 de janeiro). Relatório aponta que violência em operações policiais cresceu em 2021. *CNN Brasil*. Recuperado em 14/04/2025 em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/rj-relatorio-aponta-que-violencia-em-operacoes-policiais-cresceu-em-2021/>>
- Dejours, C. (2000). *A banalização da injustiça social* (3ª ed.). Rio de Janeiro: FGV Editora. (Trabalho original publicado em 1999).
- Freud, S. (1996). Três ensaios para uma teoria da sexualidade. In S. Freud. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. VII, pp. 119-235). Rio de Janeiro: Imago Editora. (Trabalho original publicado em 1905).

- Freud, S. (2014). Inibição, sintoma e angústia. In S. Freud. *Obras Completas: Inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos* (Vol. 17, pp. 9-98). Rio de Janeiro: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926).
- Galeano, G. B., Souza, F. M. & Guareschi, N. M. F. (2021). Violência estatal no Brasil: ininterrupta, deliberada e letal. *Revista Polis e Psique*, 11(número especial: corpos, cidades, hospitalidades), 112-137. Recuperado em 14/04/2025 em: <<https://doi.org/10.22456/2238-152X.107685>>
- Han, B. (2018). *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Editora Âyné.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 07-41. Recuperado em 14/04/2025 em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>>
- Hirata, D., Grillo C. C., Dirk, R. C. & Lyra, D. A. (2023). Chacinas policiais no Rio de Janeiro: estatização das mortes, megachacinas policiais e impunidade. *Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos – GENI*. Recuperado em 14/04/2025 em: <https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2023/05/Relatorio_Chacinas-Policiais_Geni_2023.pdf>
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Kleinman, A., Das, V., & Lock, M. (1997). *Social suffering*. Berkeley: University of California Press.
- Klautau, P. (2023). Tá na roda: intervenções clínico-políticas em espaços educacionais. *Cadernos de Psicanálise*, 45(49), 57-69. Recuperado em 14/04/2025 em: <https://www.cprj.com.br/ojs_cprj/index.php/cprj/article/view/506/279>
- Klautau, P. (2017). O método psicanalítico e suas extensões: escutando jovens em situação de vulnerabilidade social. *Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental*, 20(1), 113-127. Recuperado em 14/04/2025 em: <<https://doi.org/10.1590/1415-4714.2017v20n1p113.8>>
- Klautau, P., Macedo, M. M. D. R. & Siniscalchi, M. (2021). Juventude e desamparo: relato de uma pesquisa intervenção. *Educação & Realidade*, 46(1). Recuperado em 14/04/2025 em: <<https://doi.org/10.1590/2175-6236109164>>
- Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (2000). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Macedo, M. M. D. R. & Klautau, P. (2020). A escuta analítica como instrumento de resgate e manutenção do laço social. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 11, 45-60. Recuperado em 14/04/2025 em: <<https://doi.org/10.5433/2236-6407.2020v11n3supl45>>
- Menezes, L. S. (2012). *Desamparo*. Belo Horizonte: Casa do Psicólogo.
- Merlino, T. (2018). Um Estado que mata pretos, pobres e periféricos. *Ponto de Debate – Fundação Rosa Luxemburgo*, 19, 1-16. Recuperado em 14/04/2025 em: <https://bradonegro.com/content/arquivo/18062019_231355.pdf>
- Mignolo, W. D. (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94). Recuperado em 14/04/2025 em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt>>
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições.

- Pacheco, D. & Marques, D. (2023). A heterogeneidade territorial da letalidade policial no Brasil. In Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (pp. 62-67).
- Pichon-Rivière, E. (1980). *El proceso grupal: del Psicoanálisis a la Psicología Social*. Montevideo: Nueva Visión.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Recuperado em 14/04/2025 em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>
- Quijano, A. (2013). Colonialidade do poder e classificação social. In B. S. Santos & M. P. Meneses. (Orgs.). *Epistemologias do Sul* (pp. 68-107). São Paulo: Cortez. Recuperado em 14/04/2025 em: <<https://temascontemporaneosdotorg.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/02/boaventura-de-sousa-santos-maria-paula-meneses-epistemologias-do-sul-cortez-editora-2014.pdf>>
- Renault, E. (2008). *Souffrances sociales: sociologie, psychologie et politique*. Paris: La Découverte.
- Rosa, M. D. (2012). Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clínico-políticas. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, (41-42), 29-40. Recuperado em 14/04/2025 em: <<https://psicanalisepolitica.files.wordpress.com/2014/06/4-rosa-m-d-psicanc3a1lise-implicada-vicissitudes-das-prc3aticas-clinicopolc3adticas-revista-da-associac3a7c3a30-psicanalc3adtica-de-porto-alegre-v-41-p-29-40-20131.pdf>>
- Sato, F. G., Martins, R. C. R., Guedes, C. F. & Rosa, M. D. (2017). O dispositivo grupal em Psicanálise: questões para uma clínica política do nosso tempo. *Psicologia Política*, 17(40), 484-499. Recuperado em 14/04/2025 em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v17n40/v17n40a06.pdf>>
- Santos, M. (1999). O Dinheiro e o território. *GEOgraphia*, 1(1), 7–19. Recuperado em 14/04/2025 em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360/8560>
- Sawaia, B. (2001). Identidade: uma ideologia separatista? (2ª ed.). In B. Sawaia (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 119-127). Petrópolis: Vozes.
- Sousa Silva, E. S. & Heritage, P. (Orgs.). (2021). *Construindo pontes: pesquisa com as 16 favelas da Maré, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: People's Palace Projects do Brasil.
- Souza e Silva, J. (2022). Excluídos da cidade: potência e convívio. In J. Broide (Org.). *A Psicanálise na cidade* (pp. 99-132). São Paulo: Escuta.
- Turriani, A. (2018). Violência política e o que resta da ditadura. In A. Turriani & L. Lanari. (Coords.). *Margens clínicas: dispositivos de escuta e desformação* (pp. 31-48). São Paulo: ISER.
- Valladares L. P. (2005). *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV.
- Werlang, R. & Mendes, J. (2013). Sofrimento social. *Serviço Social & Sociedade*, (116), 743-768. Recuperado em 14/04/2025 em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000400009>>
- Wikinski, M. (2019). *O trabalho da testemunha: testemunho e experiência traumática*. São Paulo: Annablume Editora.

Everyday war: the psychoanalytic listening of social bonds in the face of political violence

Abstract

This article aims to discuss the psychoanalytic listening of social bonds based on the work in a community preparatory course for university entrance exams, with an average of 70 young people, mostly residents of favelas and peripheral regions of the city of Rio de Janeiro, who face political violence daily. Amid precarious living conditions, sustained by neoliberal rationality and necropolitical apparatuses ingrained in Brazilian subjectivities and institutions, the subjective effects arising from this precarization end up being silenced and normalized, which can lead to psychological suffering. To address these issues and consider possible interventions, we rely on the implementation of a psychoanalytic listening device named “Tá na roda: clinical-political interventions in educational spaces.” This device is based on the methodology of operative groups, that is, groups organized around a task. In this case, the task that defines the groups is to circulate speech through the movement of collectivized free association. Thus, based on two years of participation in the project, the results show that collective constructions have the potential to act as an instrument of care and recognition of individuals, strengthening social bonds. As they seek to break the silencing of emotions and challenge the subjective alienation of individuals in the face of hegemonic discourses, these devices reveal their clinical-political character.

Keywords: Psychoanalysis, Youth, Social bonds, Clinical-political, Violence.

La guerre quotidienne: l'écoute psychanalytique des liens sociaux face à la violence politique

Résumé

Cet article a pour objectif de discuter de l'écoute psychanalytique des liens sociaux à partir du travail dans un cours préparatoire communautaire pour les examens d'entrée à l'université, avec une moyenne de 70 jeunes, pour la plupart résidant dans des favelas et des régions périphériques de la ville de Rio de Janeiro, qui font face à la violence politique au quotidien. Au milieu de conditions d'existence précaires, soutenues par la rationalité néolibérale et les appareils nécropolitiques enracinés dans les subjectivités et institutions brésiliennes, les effets subjectifs découlant de cette précarisation finissent par être tus et normalisés, ce qui peut générer une souffrance psychique. Pour aborder ces questions et envisager des interventions possibles, nous nous appuyons sur la mise en œuvre d'un dispositif d'écoute psychanalytique intitulé “Tá na roda: interventions clinique-politiques dans les espaces éducatifs”. Ce dispositif repose sur la méthodologie des groupes opératifs, c'est-à-dire des groupes organisés autour

d'une tâche. Dans ce cas, la tâche qui encadre les groupes consiste à faire circuler la parole, à travers le mouvement d'association libre collectivisée. Ainsi, à partir de deux ans de participation au projet, les résultats montrent que les constructions collectives ont le potentiel de fonctionner comme un instrument de soin et de reconnaissance des sujets, renforçant les liens sociaux. En cherchant à rompre avec le silence des affects et à remettre en question l'aliénation subjective des sujets face aux discours hégémoniques, ces dispositifs révèlent leur caractère clinique et politique.

Mots-clés: Psychanalyse, Jeunesse, Liens sociaux, Clinico-politiques, Violence.

Guerra cotidiana: la escucha psicoanalítica de los lazos sociales frente a la violencia política

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir la escucha psicoanalítica de los lazos sociales a partir del trabajo en un curso comunitario preparatorio para exámenes de ingreso a la universidad, con un promedio de 70 jóvenes, en su mayoría residentes de favelas y regiones periféricas de la ciudad de Río de Janeiro, que enfrentan la violencia política diariamente. En medio de condiciones precarias de existencia, sostenidas por la racionalidad neoliberal y los aparatos necropolíticos arraigados en las subjetividades e instituciones brasileñas, los efectos subjetivos derivados de esta precarización terminan siendo silenciados y normalizados, lo que puede generar sufrimiento psíquico. Para abordar estas cuestiones y pensar en posibles intervenciones, nos basamos en la implementación de un dispositivo psicoanalítico de escucha, denominado "Tá na roda: intervenciones clínico-políticas en espacios educativos". Este dispositivo se basa en la metodología de grupos operativos, es decir, grupos organizados en torno a una tarea. En este caso, la tarea que circunscribe los grupos consiste en hacer circular la palabra, mediante el movimiento de asociación libre colectivizada. Así, con base en dos años de participación en el proyecto, los resultados muestran que las construcciones colectivas tienen el potencial de actuar como instrumento de cuidado y reconocimiento de los sujetos, fortaleciendo los lazos sociales. En la medida en que buscan romper con el silenciamiento de los afectos y cuestionar la alienación subjetiva de los sujetos frente a los discursos hegemónicos, estos dispositivos revelan su carácter clínico-político.

Palabras clave: Psicoanálisis, Juventud, Lazos sociales, Clínico-políticos, Violencia.

Recebido em: 14/06/2024

Revisado em: 19/10/2024

Aceito em: 23/01/2025